Portaria n.º 372/2002

de 8 de Abril

Manda o Governo, pelo Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, que, ao abrigo das disposições do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 360/85, de 3 de Setembro, seja lançada em circulação, cumulativamente com as que estão em vigor, uma emissão de selos comemorativa dos «500 anos do nascimento de Damião de Góis», com as seguintes características:

Autor: Luiz Duran;
Dimensão: 80 mm × 30,6 mm;
Picotado: 12 × 12 1/2;
Impressor: Litografia Maia;
1.º dia de circulação: 26 de Fevereiro de 2002;
Taxas, motivos e quantidades:

€ 0,45 — retrato de Damião de Góis —
1 000 000.

Pelo Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Rui António Ferreira Cunha*, Secretário de Estado Adjunto e dos Transportes, em 7 de Março de 2002.

Portaria n.º 373/2002

de 8 de Abril

Manda o Governo, pelo Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, que, ao abrigo das disposições do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 360/85, de 3 de Setembro, seja lançada em circulação, cumulativamente com as que estão em vigor, uma emissão de selos alusiva à emissão base «Aves de Portugal — 3.º Grupo», de tiragem ilimitada, com as seguintes características:

Autor: José Projecto;
Dimensão: 30,6 mm × 27,7 mm;
Picotado: 12 3/4 × 12 1/2;
Impressor: INCM;
1.º dia de circulação: 26 de Fevereiro de 2002;
Taxas e motivos:

€ 0,02 — abelharuco;
€ 0,28 — andorinha-do-mar-anã;
€ 0,43 — bufo-real;
€ 0,54 — cortiçol-de-barriga-branca;
€ 0,60 — noitibó-de-nuca-vermelha;
€ 0,70 — cuco-rabilongo.

Pelo Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Rui António Ferreira Cunha*, Secretário de Estado Adjunto e dos Transportes, em 7 de Março de 2002.

Portaria n.º 374/2002

de 8 de Abril

Manda o Governo, pelo Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, que, ao abrigo das disposições do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 360/85, de 3 de Setembro, sejam criados e postos em circulação bilhetes-postais simples para o serviço nacional, com as seguintes características:

1.º Serão fabricados em cartolina de 180 g/m², com as dimensões de 152 mm × 105 mm.

2.º O rosto conterá:

Ao alto, à esquerda, os dizeres «Bilhete-Postal» e o símbolo «Código Postal — Mais certo. Mais

perto» e, à direita, impresso, o selo de € 0,28 da emissão base «Aves de Portugal»;

Uma zona intermédia, delimitada superiormente pelas palavras «Remetente» e «Endereço», a 40 mm do bordo superior, dividida na vertical por pontos e pela mensagem «Escreva o código postal nas zonas sombreadas»;

O lado direito, com a largura de 97 mm, é preenchido por quatro linhas horizontais e uma zona sombreada, no remetente e no endereço, destinada ao código postal;

Na parte inferior, uma zona reservada aos CTT para indexação.

3.º Data de entrada em circulação: 26 de Fevereiro de 2002.

Pelo Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Rui António Ferreira Cunha*, Secretário de Estado Adjunto e dos Transportes, em 7 de Março de 2002.

Portaria n.º 375/2002

de 8 de Abril

Manda o Governo, pelo Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, que, ao abrigo das disposições do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 360/85, de 3 de Setembro, seja posto em circulação um inteiro postal comemorativo dos «125 anos da fundação do Hospital de D. Estefânia», com as seguintes características:

Dimensão: 105 mm × 152 mm;
Impressor: Litografia Maia;
Autor: Vítor Santos;
Fotografia: arquivo do Hospital de D. Estefânia;
Taxa: € 0,28;
Motivo do selo: Hospital de D. Estefânia;
Preço de venda ao público: € 0,28;
Tiragem: 50 000;
1.º dia de circulação: 11 de Abril de 2002.

Pelo Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Rui António Ferreira Cunha*, Secretário de Estado Adjunto e dos Transportes, em 7 de Março de 2002.

Portaria n.º 376/2002

de 8 de Abril

Manda o Governo, pelo Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, que, ao abrigo das disposições do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 360/85, de 3 de Setembro, seja lançada em circulação, cumulativamente com as que estão em vigor, uma emissão de selos alusiva à «Juventude, Educação, Alfabetismo — UPAEP», com as seguintes características:

Autor: Luiz Duran e Vítor Santos;
Dimensão: 40 mm × 30,6 mm;
Picotado: 12 × 12 1/2;
Impressor: INCM;
1.º dia de circulação: 12 de Março de 2002;
Taxas, motivos e quantidades:

€ 0,70 — crianças e flor (ambiente) —
350 000;

€ 0,70 — crianças, livro e letras (ensino) —
350 000;

€ 0,70 — crianças e lápis (grafismo infantil) — 350 000.

Pelo Ministro do Ambiente e do Ordenamento do Território, *Rui António Ferreira Cunha*, Secretário de Estado Adjunto e dos Transportes, em 7 de Março de 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Portaria n.º 377/2002

de 8 de Abril

Sob proposta do Instituto Politécnico de Tomar; Considerando o disposto no artigo 13.º da Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro (Lei de Bases do Sistema Educativo), alterada pela Lei n.º 115/97, de 19 de Setembro:

Ao abrigo do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto Regulamentar n.º 63/87, de 17 de Dezembro:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, que o n.º 2.º da Portaria n.º 537/98, de 17 de Agosto, passe a ter a seguinte redacção:

«2.º

Texto bilingue

As cartas de curso e o diploma a que se refere o n.º 1.º têm o texto em português ou, em opção, num lado o texto em português e no outro o texto em latim, devendo, neste caso, a forma gráfica de ambos os textos revestir igual dignidade.»

Pelo Ministro da Educação, *Pedro Manuel Gonçalves Lourtie*, Secretário de Estado do Ensino Superior, em 26 de Fevereiro de 2002.

Portaria n.º 378/2002

de 8 de Abril

A requerimento da ENSINUS — Estudos Superiores, S. A., entidade instituidora do Instituto Superior de Gestão, cuja criação foi autorizada, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 100-B/86, de 8 de Abril, pelo despacho n.º 124/MEC/86, de 21 de Junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 146, de 28 de Junho de 1986;

Instruído, organizado e apreciado o processo nos termos dos artigos 57.º e 59.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo (aprovado pelo Decreto-Lei n.º 16/94, de 22 de Janeiro, alterado, por ratificação, pela Lei n.º 37/94, de 11 de Novembro, e pelo Decreto-Lei n.º 94/99, de 23 de Março);

Colhido o parecer da comissão de especialistas a que se refere o n.º 3 do artigo 52.º do Estatuto:

Ao abrigo do disposto no artigo 64.º do referido Estatuto:

Manda o Governo, pelo Ministro da Educação, o seguinte:

1.º

Autorização de funcionamento

É autorizado o funcionamento do curso de licenciatura em Informática no Instituto Superior de Gestão, nas instalações que estejam autorizadas nos termos da lei.

2.º

Duração

1 — O curso tem a duração de quatro anos.

2 — O número de semanas lectivas efectivas de cada ano lectivo, excluindo as destinadas a avaliação de conhecimentos, não pode ser inferior a 30.

3 — O número de semanas lectivas efectivas de cada semestre lectivo, excluindo as destinadas a avaliação de conhecimentos, não pode ser inferior a 15.

3.º

Plano de estudos

É aprovado o plano de estudos do curso nos termos do anexo à presente portaria.

4.º

Grau

A conclusão com aproveitamento de todas as unidades curriculares que integram o plano de estudos do curso confere o direito à atribuição do grau de licenciado.

5.º

Condições de acesso

As condições de acesso ao curso são as fixadas nos termos da lei.

6.º

Número máximo de alunos

1 — O número de novos alunos a admitir anualmente não pode exceder os 60.

2 — A frequência global do curso não pode exceder 240 alunos.

7.º

Unidades curriculares de opção

O elenco de unidades curriculares de opção a oferecer é fixado pelo órgão legal e estatutariamente competente.

8.º

Início de funcionamento do curso

O curso pode começar a funcionar a partir do ano lectivo de 2002-2003, inclusive, um ano curricular em cada ano lectivo.

9.º

Condicionamento

A autorização e o reconhecimento operados pelo presente diploma não prejudicam, sob pena de revogação do mesmo, a obrigação dos órgãos responsáveis da entidade instituidora e do estabelecimento de ensino do cumprimento de eventuais adaptações ou correcções que sejam determinadas pelo Ministério da Educação, quer por não cumprimento dos pressupostos de autorização e reconhecimento, quer em consequência das acções previstas no artigo 75.º do Estatuto do Ensino Superior Particular e Cooperativo.

Pelo Ministro da Educação, *Pedro Manuel Gonçalves Lourtie*, Secretário de Estado do Ensino Superior, em 28 de Fevereiro de 2002.